

REVISTA MARACANAN

Entrevistas

Entrevista com George Felix Cabral de Souza, Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco

*Interview with George Felix Cabral de Souza, Associate Professor at the
Federal University of Pernambuco, Brazil*

Rafael Ricarte da Silva*

Universidade Federal do Piauí
Picos, Piauí, Brasil

Reinaldo Forte Carvalho**

Universidade de Pernambuco
Petrolina, Pernambuco, Brasil


Recebido em: 28 set. 2020.

Aprovado em: 30 set. 2020.




Entrevista realizada por *e-mail*, em setembro de 2020, para compor o dossiê "Poderes, trajetórias e administração no Império português (séculos XVI-XVIII)" da *Revista Maracanan*.

* Professor Adjunto do curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Doutor e Mestre em História Social e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará; Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. (rafa-ricarte@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-4085-5401>

 <http://lattes.cnpq.br/1472762122361574>

** Professor Adjunto do curso de História da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará; Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará. (reinaldoforte@yahoo.com.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-7930-8670>

 <http://lattes.cnpq.br/4435223781591585>

Entrevistadores: A sua trajetória de formação acadêmica foi construída na área da História. Como se deu a escolha por esse campo do conhecimento e, posteriormente, o interesse em realizar pesquisas sobre história colonial.

George Felix Cabral de Souza: O meu interesse pela História começou muito precocemente. Aos 11 anos de idade, quando cursava a quinta série (atual sexto ano), decidi que seria professor de História. Essa opção profissional não agradou muito meu pai que preferia abertamente que eu cursasse alguma coisa com maiores perspectivas do ponto de vista financeiro. Mas, eu mantive a decisão e quando chegou o momento de prestar vestibular fui aprovado em primeiro lugar, o que facilitou um pouco a aceitação familiar. Iniciei a graduação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1995. Apesar de ter sido uma fase de muitas dificuldades para as universidades federais, pude receber lá uma excelente formação ministrada por grandes professores. Alguns deles são hoje colegas de departamento e grandes amigos. Minha iniciação científica foi feita na Arqueologia Histórica. Foi aí que comecei a me dedicar mais sistematicamente ao estudo da história colonial. Os meus orientadores PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, a Professora Veleza Lucena e o Professor Marcos Albuquerque me designaram a tarefa de coletar informações, em fontes bibliográficas e documentais, sobre as vilas coloniais da capitania de Pernambuco nos séculos XVI a XVIII. Os tempos de graduação foram extremamente positivos para mim, e ao se aproximar o final do curso, apesar de eu já estar inserido no mercado de trabalho dando aulas em colégios particulares e cursinhos pré-vestibular, decidi que desejava continuar com a vida acadêmica e passei a me preparar para o mestrado. Nessa altura, meus orientadores em Arqueologia se aposentaram e eu migrei definitivamente para a História, passando a ser orientado pela Professora Socorro Ferraz. No mestrado, continuei estudando as vilas coloniais, não mais numa perspectiva da cultura material, mas sim da história administrativa. Durante o mestrado contei com uma bolsa do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - durante uma parte do curso. As bolsas eram raras naquela época. Minha dissertação, posteriormente publicada como livro, se intitulou *Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII*.¹ Ao final do mestrado, candidatei-me a uma bolsa CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - de doutorado pleno na Universidade de Salamanca. A bolsa foi aprovada e pude estudar na prestigiosa universidade espanhola sob a orientação do Professor José Manuel Santos. A experiência internacional foi muito importante, pois me permitiu uma grande ampliação nos horizontes historiográficos, para além da proximidade com os grandes arquivos em Lisboa, Simancas e Sevilha. Minha tese de doutorado também enfocou a governança municipal do Recife colonial, mas não apenas numa perspectiva administrativa, mas

¹ SOUZA, G. F. C. de. *Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII*. Recife: Câmara Municipal do Recife, 2003. 157 p.

sobretudo, pelo viés da história social. Realizei uma prosopografia dos ocupantes dos cargos principais da câmara (vereadores e procuradores) durante todo o período colonial. O trabalho foi publicado em 2015 com o título *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal do Recife (1710-1822)*.² Ao retornar ao Brasil, recebi uma bolsa da FACEPE/CNPq [Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco] que permitiu iniciar a pesquisa para meu livro *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*, publicado em 2012.³ Entre 2008 e 2009 fui professor efetivo da Universidade de Pernambuco (Campus Nazaré da Mata) e partir deste último ano, assumi como professor efetivo da Universidade Federal de Pernambuco. A partir de 2014, quando realizei estágio pós-doutoral na EHESS – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, sob supervisão dos Professores Jean-Frédéric Schaub e João Fragoso, retornei aos temas municipais, desta feita na perspectiva da comunicação política. Portanto, tenho me dedicado desde 1996 aos estudos de história colonial, tempo durante o qual construí uma certeza: há um imenso trabalho a ser feito na escrita sobre esse período fundante de nossa sociedade. É a fase mais longa e ainda menos conhecida de nossa história. Temos nos beneficiado da multiplicação das formas de acesso às fontes, o que sempre representou um problema para a grande maioria que não tinha recursos para se deslocar até Portugal para pesquisar. Mas é preciso lutar muito para que as condições mínimas de trabalho e de perspectivas profissionais possam permitir a continuidade das pesquisas.

Nas duas últimas décadas vimos um fortalecimento de pesquisas e produções historiográficas sobre a História do Império português, especialmente no que tratam das dinâmicas da conquista na América. Como o senhor analisa este fortalecimento e a importância do Encontro Internacional de História Colonial neste cenário?

O Encontro Internacional de História Colonial (EIHC) surgiu em 2006 com pretensões estritamente regionais. Sua edição fundante ocorreu em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba. Um dos seus objetivos era (e continua sendo) dar maior visibilidade à produção sobre história colonial realizada nas “capitanias de cima”. Por isso a opção por realizar os encontros em universidades do Nordeste e Norte do país. A feliz conjunção da abertura deste fórum de discussões com o cenário positivo para a pesquisa científica a partir de 2003 e a facilitação do acesso às fontes primárias (máxime via Projeto Resgate) permitiu um verdadeiro *boom* qualitativo e quantitativo em nossa subárea. O crescimento do EIHC dá testemunho do que afirmo. A adesão ao evento cresceu em escala. A partir de 2008, na edição realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o encontro tornou-se internacional e

² SOUZA, G. F. C. de. *Elite e exercício de poder no Brasil colonial: a câmara municipal do Recife (1710-1822)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015. 866 p.

³ SOUZA, G. F. C. de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012. 586 p.

passou a congregar pesquisadores e estudantes de todas as regiões do Brasil, possibilitando ainda a participação de renomados estudiosos estrangeiros. Se percorrermos os cadernos de resumos das diversas edições, podemos ver como o número de grupos de trabalho se ampliou numericamente e também se multiplicaram as temáticas abordadas. Na edição mais recente, a de 2018, pela segunda vez na UFRN, foram realizados nada menos que 32 simpósios temáticos que congregaram 434 comunicações. É um reflexo claro da evolução de uma área que viu seus esteios teóricos oxigenados, o que permitiu novos problemas sobre assuntos previamente estudados, mas também problemas inteiramente novos, sobre personagens e dinâmicas que não haviam sido ainda estudados. Considero muito promissor para o nosso campo de estudos a intensificação das conexões entre pesquisadores de diversas instituições brasileiras e estrangeiras, o que promove um salutar debate e um intenso intercâmbio de informações e metodologias. O EIHC é um espaço privilegiado para esse intercâmbio uma vez que dá espaço também à produção realizada fora dos grandes centros, e que muitas vezes é pura e simplesmente ignorada neles. Lamentavelmente, os apoios financeiros ao evento se tornam cada vez mais escassos, o que o leva a depender quase exclusivamente do montante arrecadado com as inscrições. Os idealizadores e realizadores do evento agora se preparam agora para mais um passo na construção dessa grande rede de pesquisadores dedicados à história colonial: a constituição de uma associação dedicada a promover o evento bienal e a manter uma linha de publicações especializada. A ideia de fundar essa associação já está no radar desde 2016, mas o atual cenário para a pesquisa científica no país tornou sua concretização indispensável no prazo mais curto possível.⁴

Com relação a temática proposta neste dossiê, como o professor avalia o debate historiográfico sobre o Império português a partir das reflexões de Antigo Sistema Colonial e Antigo Regime nos Trópicos?

Em primeiro lugar considero essencial ressaltar a importância da existência do debate, pois é da confrontação de ideias que resulta o progresso na pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento. As contribuições historiográficas do Antigo Sistema Colonial proporcionaram importantes reflexões ao longo de décadas, e deixaram uma marca indelével na literatura sobre o Brasil colonial. Os grandes expoentes dessa linha de pensamento desempenharam também um papel de extrema relevância na formação dos quadros de numerosas universidades e centros de pesquisa em todo o Brasil. Muitos desses docentes-pesquisadores continuam na ativa, tanto no ensino como na investigação científica. A emergência de novos esteios teóricos e, conseqüentemente, de novos problemas e interpretações ampliou as bases de conhecimento lançadas pelas contribuições anteriores. Algumas das reflexões que se tornaram mais difundidas e aprofundadas com as pesquisas

⁴ O *site* do Encontro Internacional de História Colonial está disponível em: <https://www.eihc.com.br/>. Acesso em: 27 set. 2020.

mais recentes já haviam sido intuídas e propostas anteriormente, mas ganharam mais projeção à medida que a ampliação das bases empíricas as confirmaram. Por outro lado, posições antes tidas como estabelecidas revelaram-se insuficientes quando confrontadas com os dados coletados da crescente massa documental consultada por pesquisadores de norte a sul do país. Uma das frentes que mais avançaram foi a dos estudos relativos ao papel dos agentes envolvidos nas diversas instituições da governança no âmbito da monarquia pluricontinental portuguesa. A percepção das limitações – de direito, mas sobretudo de fato – dos poderes centrais revelou a importância de observar detidamente as ações e relações dos sujeitos envolvidos na administração do império. Essa observação permite divisar dinâmicas e práticas anteriormente ignoradas ou apontadas como residuais. Nesse sentido, o estudo de trajetórias e as prosopografias, por exemplo, relevam o elemento humano na condução cotidiana das instituições, permitindo a confrontação entre o que se esperava delas e o modo como funcionavam nas diferentes realidades nas diversas partes do império. No âmbito dos poderes locais, esses enquadramentos são especialmente promissores e reveladores. Quando iniciei minhas pesquisas no mestrado eram raríssimos os estudos específicos sobre as municipalidades, por exemplo. O nosso trabalho e o de Avanete Pereira Sousa foram pioneiros.⁵ Hoje, contamos já com cerca de 60 dissertações e teses que direta, ou indiretamente, abordam o poder local na América portuguesa em distintos pontos de vista. Ao mesmo tempo em que se dá uma multiplicação dos estudos de caso, inclusive de foco reduzido ao nível micro-histórico, encontramos também trabalhos com maior envergadura de enquadramento, e nesse “jogo de escalas” se torna possível conhecer de forma menos imperfeita os agentes, as práticas e as mentalidades da sociedade colonial. Os estudos comparativos também contribuem para aprofundar nossa percepção dos mecanismos da sociedade em tela, e de como eles se enraizaram nas práticas disseminadas transversalmente por todo império, sem respeitar distinção entre metrópole e colônias.

Atualmente questões como o racismo, corrupção, desgoverno, violência são comuns na história mundial. Esses temas presentes têm promovido uma necessidade, e conseqüentemente um aumento nas pesquisas e reflexão dos mesmos no período colonial brasileiro por historiadores desse período?

É parte do senso comum a ideia de que nossa situação de subdesenvolvimento é decorrência direta de sua situação de “colônia de exploração” espoliada durante séculos por um colonizador ganancioso, imediatista, fanático e ignorante. Todos os nossos problemas seriam, portanto, culpa do fato colonial. Sabemos hoje que é preciso ter extremo cuidado com essa ideia amplamente difundida. De fato, se rastrearmos retroativamente as origens de

⁵ Avanete Pereira Sousa é Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Em suas pesquisas, abordou, em diferentes trabalhos, o funcionamento, os agentes e as práticas das autoridades municipais da Câmara Municipal de da Cidade de Salvador, Bahia, no século XVIII. Cf.: <http://lattes.cnpq.br/6102710300431983>. Acesso em: 27 set. 2020.

problemas cruciais do nosso tempo – o racismo, a corrupção, o desgoverno e a violência – encontraremos suas raízes se iniciando desde o início do processo de ocupação europeia do que viria a ser o Brasil. No entanto, é preciso compreender que, transcorridos quase duzentos anos da emancipação política do país, não é possível mais reduzir o problema unicamente às ações (ou omissões) do colonizador. Analisar os problemas atuais cabalmente exige de nós atenção à manutenção de alguns traços da sociedade de Antigo Regime que passaram incólumes pelo processo de fundação do Estado nacional e mesmo pela chegada da República. A mudança de regime não ocorreu em paralelo a um câmbio de mentalidades. Para começo de conversa, relembrando a advertência de Nabuco, acabou-se a escravidão, mas não a sua obra.⁶ Nesse processo de abolição incompleta radicam o racismo estrutural brasileiro, bem como a extrema concentração de renda e riqueza. O extremo descaso com a vida humana e a apropriação do público pelo privado podem também ser facilmente relacionados com os comportamentos da sociedade brasileira – especialmente de suas elites – desde que o nosso caldeirão começou a cozer. A Independência não nos levou a nos desvencilhar dos mecanismos derivados da naturalização das desigualdades característica do Antigo Regime. A República não nos tornou de fato republicanos, antes pelo contrário, parece ter reforçado os processos de aprofundamento do fosso social, cristalizando hierarquias e segregação. Sob a camuflagem da meritocracia sobrevivem as barreiras a uma plena igualdade de oportunidades. E a história recente do nosso país tem demonstrado que qualquer tentativa de alterar esse quadro, por mais tênue e incompleta que seja, provoca sérias reações. Por isso, mas do que nunca é preciso dedicar energia ao estudo e, sobretudo, à discussão ampla destas questões com a sociedade. Visões distorcidas da História têm ocupado um espaço cada vez maior. Elas são impulsionadas, principalmente, pelos meios digitais de divulgação. Precisamos potencializar o uso desses meios para reforçar o diálogo com o grande público, facilitando o entendimento das questões complexas que nossas pesquisas revelam.

Qual a contribuição real que a regulamentação da profissão dos Historiadores traz para os profissionais dessa área, especialmente os colonialistas? Ou seja, que áreas de atuação um historiador colonialista vai ter em relação a outras áreas?

A questão da regulamentação da profissão do historiador se arrastou por mais de uma década. Curiosamente, acabou se concretizando quando o cenário parecia mais desfavorável. Houve uma intensa discussão, muitas vezes partindo de premissas equivocadas por desconhecimento do que previa exatamente o processo. Um dos principais questionamentos dizia respeito aos possíveis controles sobre a produção historiográfica por um conselho profissional. Na verdade, o projeto jamais previu qualquer tipo de conselho, focando-se em delimitar algumas características do perfil do profissional. Isso permite dispor do rol de

⁶ Cf.: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

competências que uma pessoa necessita para desempenhar a função de historiador em organismos públicos e privados. Evita-se, assim, o imprevisto. Imagine-se, por exemplo, uma obra de reforma em um edifício com valor histórico: de todos os profissionais envolvidos no processo, apenas os historiadores não tinham regulamentação prevista e qualquer pessoa poderia ser contratada para o trabalho de pesquisa, ação que é tão importante para prover as informações fidedignas necessárias para tomar decisões e traçar estratégias num trabalho deste tipo. Infelizmente, a despeito de sua importância, a pesquisa histórica é muitas vezes ignorada ou mal realizada, com sérios prejuízos, em intervenções deste tipo. A lei que estabelece a regulamentação da profissão teve o cuidado de incluir as pessoas que tiveram formação em áreas do conhecimento com interfaces com a História ou que já desempenham funções em nossa área há pelo menos cinco anos. É um modelo bastante flexível e inclusivo. Acredito que será um estímulo favorável para as nossas graduações na medida em que deve abrir um campo de trabalho maior. Nesse contexto, acreditamos que pesquisadores e pesquisadoras da área de colônia terão uma vantagem: habituados a lidar com inúmeros desafios na sua prática de pesquisa, eles sabem muito bem como “espremer” os arquivos e bibliotecas!⁷

Que orientação sobre ser aluno de graduação ou pós-graduação em História colonial você daria para eles hoje?

É preciso reconhecer que o cenário atual não é muito favorável para as Humanidades e que a área de História sofre com cortes orçamentários e com os ataques reacionários, especialmente aos colegas que tratam de temas que desagradam aos que ocuparam o poder. Por outro lado, no âmbito escolar nos deparamos com a redução do espaço reservado à História, inclusive com a retirada da obrigatoriedade de sua presença no currículo do Ensino Médio. A escola é hoje alvo de inúmeras tentativas de cerceamento ao pensamento crítico, algo que é essencial no mister de ensinar História. No entanto, seguir pesquisando e ensinando (no caso daqueles que também são docentes) não deixa de ser uma forma de resistência, de combate pela História. Acredito que é crucial pensarmos a produção de conhecimento histórico atrelada a uma significância para a sociedade. Ou seja, aproximar o conhecimento histórico da sociedade passa pela abordagem do objeto com a preocupação de levantar questões que sejam relevantes para o público, tanto no âmbito escolar em seus diversos níveis, quanto para a sociedade de forma mais ampla, inclusive em temáticas e questões que se relacionem diretamente com a qualidade de vida, especialmente nos grandes centros. A construção de uma efetiva cidadania republicana depende diretamente dessa maior consciência histórica.

⁷ BRASIL. Lei n.º 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 ago. 2020, seção 1, p. 4. Para um breve histórico sobre a regulamentação, cf.: CARVALHO, Bruno. Regulamentação da profissão de historiador no Brasil: muitas oportunidades e um risco considerável. *Café História*. (Portal). Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/regulamentacao-da-profissao-de-historiador-riscos-opportunidades/>. Publicado em: 24 fev. 2020. Acesso em: 27 set. 2020.

Ainda há períodos de nossa história colonial carentes de maiores estudos, bem como é fundamental levantar o esquecimento em que se encontram vários sujeitos subalternos de nosso passado. Também devemos estar alertas para as tentativas de silenciamento e para as deformações narrativas que campeiam em todo o mundo e no Brasil de forma muito preocupante. Se há tantas dificuldades e desafios por um lado, por outro lado também há muitos mecanismos de facilitação de acesso aos acervos onde se conservam os diversos tipos de fontes que nós utilizamos. Portanto, é hora de manter o ânimo. Dias melhores virão!

Referências

BRASIL. Lei n.º 14.038, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 ago. 2020, seção 1, p. 4.

CARVALHO, Bruno. Regulamentação da profissão de historiador no Brasil: muitas oportunidades e um risco considerável. *Café História*. (Portal). Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/regulamentacao-da-profissao-de-historiador-riscos-oportunidades/>. Publicado em: 24 fev. 2020. Acesso em: 27 set. 2020.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

SOUZA, G. F. C. de. *Elite e exercício de poder no Brasil colonial: a câmara municipal do Recife (1710-1822)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

SOUZA, G. F. C. de. *Os homens e os modos da governança: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII*. Recife: Câmara Municipal do Recife, 2003.

SOUZA, G. F. C. de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.